



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS/GO

Aos 18 dias do mês de agosto do ano de 2025, por convocação da Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Alto Paraíso de Goiás/GO, instituída por força do Decreto Municipal nº 2.104/2023, de 6 de fevereiro de 2023, alterado pelo Decreto Municipal nº 2.312/2025, de 27 de julho de 2025, em conformidade com o disposto no inciso I, § 4º, do art. 40, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), foi realizada a Audiência Pública, presencial, com início às 19h40min, no auditório do Polo UAB, localizado na Rua São Jorge, Qd. 26, APM 06, nº 255, Centro, Alto Paraíso de Goiás/GO. A Audiência Pública teve como objetivo específico a APRESENTAÇÃO DO TEXTO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR, referente a revisão do Plano Diretor Participativo, bem como seus respectivos anexos técnicos e cartográficos. O cerimonial da Audiência Pública foi conduzido pelo Sr. Gilney Almeida dos Santos, que iniciou aos trabalhos com uma breve explicação sobre o objetivo do evento, informando que Audiência Pública seria dividida em 5 (cinco) partes: 1. composição da mesa de honra; 2. execução do Hino Nacional Brasileiro; 3. Pronunciamento dos membros da mesa de honra, pelo tempo de até 05 (cinco) minutos; 4. Apresentação dos trabalhos realizados e da minuta do Projeto de Lei pelo representante da Equipe Técnica, com duração aproximada 60 (sessenta) minutos; 5. participação popular, com manifestação dos previamente inscritos para uso da palavra, cada um com o tempo de até 05 (cinco) minutos. Na sequência, foi dado início à composição da Mesa de Honra, com o convite as seguintes autoridades: 1. Prefeito do município de Alto Paraíso de Goiás/GO, Sr. Marcus Adilson Rinco; 2. Vice-Prefeita do município de Alto Paraíso de Goiás/GO, Srª. Helena Maria da Conceição Gomes; 3. Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraíso de Goiás/GO, Sr. Douglas Barbosa Barreto; 4. Procurador-Geral do Município, Dr. Ismael Neiva; 5. Promotora de Justiça da Comarca de Alto Paraíso de Goiás/GO, Drª. Andressa Lorraine Leonardo Cardoso; 6. Secretário Municipal de Meio Ambiente, Luís Carlos Gojvscek; 7. Representante do Território do Povoado do Moinho, Noabi Moura; 8. Representante do Território da Região do Sertão, Delmar Ferreira Resende. 9. Representante do Território da Região do P. A. Sílvia Rodrigues, Cidade da Fraternidade, P. D. S. Esusa e adjacentes, João Henrique Silva Vera; 10. Representante do Território do Distrito de São Jorge, Sebastião Ferreira da Silva Neto; 11. Representante do Território da Estrada Parque (GO-239), Flávio Rodrigues Pacheco; 12. Representante do Território da Região Alto Couros (GO-118), Jean Pedroso da Silva; 13. Representante do Território das Regiões das Loquinhas e Morrão.



ESTADO DE GOIÁS

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

Luiz Carlos Simion; 14. Representante da Equipe Técnica contratada para revisão do Plano Diretor Participativo, Sr. Marcos Aurélio Lopes de Arimatéa. Composta a Mesa de Honra, o cerimonial deu início à execução do Hino Nacional Brasileiro. Encerrado o hino, teve início o momento destinado às falas dos membros da Mesa de Honra, com o cerimonial passando a palavra ao Prefeito, Marcos Adilson Rinco, que cumprimentou a todos e declarou que este momento marca o encerramento de um longo, desgastante e exigente processo, mas de extrema importância para o município de Alto Paraíso de Goiás; ressaltou que o Plano Diretor é o instrumento que estabelece as diretrizes para o desenvolvimento urbano, rural e ambiental do território, permitindo que o crescimento da cidade ocorra com equilíbrio, promovendo a produção econômica em seus diversos setores, respeitando o meio ambiente e garantindo qualidade de vida à população; destacou que o Plano Diretor define regras por meio de macrozoneamentos e zoneamentos específicos, áreas urbanas, rurais, de expansão e de preservação ambiental, com o objetivo de orientar o parcelamento do solo de forma a favorecer práticas sustentáveis, planejadas e dentro da legalidade; falou que o maior desafio é justamente conciliar o desenvolvimento econômico, social e ambiental, evitando decisões baseadas em ideologias ou achismos, e buscando um caminho pautado em dados técnicos, diálogo e respeito à vontade popular; mencionou que o documento que chega hoje à sua minuta final de Projeto de Lei Complementar é fruto de um processo que percorreu várias etapas importantes; destacou que houve representatividade dos diversos territórios do município, assegurando que as propostas das comunidades fossem ouvidas, discutidas e avaliadas com seriedade; saudou todas as autoridades presentes, os representantes dos territórios, os técnicos responsáveis pela condução do processo, em especial o consultor Arimatéa, e a toda a população que, ao longo dos anos, participou ativamente, contribuindo com sugestões e demonstrando seu engajamento, o que, segundo ele, ficou evidente pela lotação do auditório nesta noite; por fim, afirmou que esta Audiência Pública é um passo fundamental para validar o processo construído coletivamente, e que, ao ser concluída, o projeto seguirá para análise e deliberação da Câmara Municipal de Vereadores, a quem cabe a palavra final sobre o conteúdo do novo Plano Diretor; encerrando sua fala, desejou uma boa audiência a todos, reforçando o desejo de que os trabalhos transcorressem com respeito, harmonia e espírito democrático. O cerimonial passou a palavra ao Presidente da Câmara Legislativa Municipal de Alto Paraíso de Goiás, Sr. Douglas Barbosa Barreto, que iniciou saudando a todos os presentes, em nome do Prefeito, e estendeu os cumprimentos a todas as autoridades, representantes dos territórios e cidadãos que compareceram à audiência; destacou que o Plano Diretor é, acima de tudo, a bússola que orientará o futuro de Alto Paraíso de Goiás, e que esta discussão, embora esteja chegando a um momento decisivo, é antiga e vem sendo construída ao longo de muitos anos; comentou que, mesmo morando no município há apenas quatro anos, tem acompanhado a complexidade e a importância desse processo, que tem passado por etapas de aprendizado, escuta e diálogo com todos os territórios; disse que a minuta apresentada nesta audiência representa o resultado de tudo que foi debatido até aqui; ressaltou que, como o próprio Prefeito já mencionou, a decisão final caberá à Câmara Municipal, e reforçou que os Vereadores estão comprometidos com o



ESTADO DE GOIÁS

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

que for melhor para a população; citou a presença dos colegas parlamentares, Vereadores Claudiomar, Divinaldo, Andrezinho e Ivonete, e justificou a ausência dos demais; afirmou que não representam apenas os votos que cada um recebeu nas urnas, representam toda a população de Alto Paraíso, mais de 10 mil pessoas; declarou que seu compromisso pessoal enquanto Vereador é lutar por dignidade para todos, especialmente em relação ao direito à moradia; apontou a atual especulação imobiliária como uma das grandes dificuldades enfrentadas por famílias locais, que têm cada vez mais dificuldade em acessar lotes ou moradias populares; observou também que o crescimento desordenado do município já é uma realidade visível em diversas regiões e que a revisão do Plano Diretor é a grande oportunidade para corrigir esse rumo e garantir um desenvolvimento sustentável, justo e digno; falou que está consciente de que a unanimidade é improvável; afirmou que cada Vereador tem seu posicionamento e cada cidadão sua opinião, mas reforçou o compromisso da Câmara de buscar aquilo que for de fato bom para a coletividade; reiterou que esta é a última Audiência Pública da fase participativa, mas que o projeto ainda passará por análise na Câmara Municipal; convidou a população a procurar os Vereadores, apresentar sugestões, críticas e demandas, dizendo que querem ouvir a população; disse que o celular não parou essa semana, foram muitas mensagens, informações de última hora; encerrou agradecendo pela presença de todos e desejando uma boa Audiência Pública, reafirmando o compromisso da Câmara Municipal com transparência, responsabilidade e escuta ativa da população. O cerimonial passou a palavra à Promotora de Justiça da Comarca de Alto Paraíso de Goiás, Dra. Andressa Lorraine Leonardo Cardoso, que iniciou sua fala agradecendo o convite para compor a mesa de honra da Audiência Pública, representando o Ministério Público do Estado de Goiás; ressaltou que conhece algumas pessoas da comunidade, mas que a maioria ainda não teve a oportunidade de conhecer, pois está em exercício na Comarca desde setembro do ano anterior e já encontrou um processo em andamento sobre a revisão do Plano Diretor; esclareceu que o Ministério Público acompanha esse processo desde 2019, por meio de um procedimento próprio na Promotoria de Justiça, que tem como objetivo analisar todas as propostas, documentos e contribuições encaminhadas pela sociedade; além dos promotores que a antecederam, esse acompanhamento também conta com o suporte técnico da equipe do Centro de Apoio Operacional (CAO) às Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, órgão que presta assessoramento técnico às Promotorias de Justiça em todo o estado; reforçou que todas as manifestações da sociedade estão sendo consideradas e acompanhadas de forma técnica e criteriosa; destacou que o Plano Diretor é, por definição legal, um instrumento da política urbana que orienta a ocupação e expansão do território, sempre com o objetivo de proteger o meio ambiente e garantir qualidade de vida à população; observou que o Plano Diretor vigente no município é bastante antigo, o que revela dois aspectos importantes: o Poder Público já deveria ter finalizado essa revisão há bastante tempo, sendo que já era momento de estarmos discutindo uma nova atualização, e, por outro lado, mostra também que nós, enquanto sociedade, ainda não conseguimos chegar a um consenso quanto à aprovação do novo Plano Diretor; disse que gostaria de deixar essa reflexão tanto à



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

comunidade quanto ao Poder Público; explicou o papel do Ministério Público neste momento do processo, que é de garantir que a tramitação da revisão do Plano Diretor ocorra de acordo com a lei; ressaltou que a elaboração compete ao Poder Executivo Municipal, e que, após essa etapa, o projeto deve ser encaminhado à Câmara de Vereadores, que é quem tem a competência legal para aprovar ou rejeitar a proposta, sempre respeitando a legalidade e o interesse público; reforçou que o Ministério Público atuará sempre em defesa do meio ambiente e da legalidade, e que nenhuma proposta que esteja em desacordo com normas ambientais será aceita pela instituição; destacou que é importante respeitar os momentos institucionais e que agora é o momento de análise e encaminhamento da proposta à Câmara, onde o debate continuará, dentro da instância democrática; por fim, agradeceu novamente o convite e desejou que os debates sigam com respeito, responsabilidade e foco no bem coletivo, pois todos estão aqui pensando, cada um a seu modo, naquilo que é melhor para o nosso município. O cerimonial passou a palavra ao Procurador-Geral do Município, Dr. Ismael Neiva, que iniciou sua fala cumprimentando e agradecendo a presença de todos que dispuseram a participar da Audiência Pública; cumprimentou, na pessoa do Prefeito e da Vice-prefeita, todas as autoridades presentes e estendeu os cumprimentos a todos os cidadãos que se inscreveram para falar, parabenizando-os pelo exercício do direito de manifestação e participação democrática e fez um agradecimento especial a todos que contribuíram para a construção do material apresentado, seja por meio das reuniões realizadas ao longo do processo ou por meio de contribuições formalizadas, que já integram o trabalho em discussão e continuarão a compor a versão final do documento; ressaltou que diversas contribuições foram recebidas durante a Audiência Pública e assegurou que todas serão analisadas e devidamente respondidas aos seus respectivos autores; pontuou que, em respeito ao tempo e ao adiantado da hora, não se alongaria em sua fala, considerando que o momento mais esperado por todos era a apresentação da minuta do Projeto de Lei; finalizou convidando a Sr^a. Delmar para dar início a fala dos representantes dos territórios e representando o Núcleo Gestor. O cerimonial passou a palavra à representante do Território da Região do Sertão, Sr^a. Delmar Ferreira Resende, que iniciou sua fala cumprimentando os membros da Mesa de Honra; agradeceu a oportunidade e declarou que falaria também em nome do Núcleo Gestor, ainda que não tivesse se preparado especificamente para isso; lembrou que o momento atual representa o encerramento de um longo caminho, como já havia sido mencionado pelo Prefeito e por outras autoridades, destacando que a discussão sobre a revisão do Plano Diretor já se arrasta por muitos anos; informou que os primeiros trabalhos foram conduzidos com um grupo menor há cerca de 02 (dois) a 3 (três) anos; disse que posteriormente, um movimento da sociedade civil organizado por meio do COMDEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente) solicitou a inclusão de representantes dos territórios no processo, o que, segundo ela, trouxe melhorias significativas para o debate, tornando-o mais representativo da realidade do Município; afirmou ter representado o território da Região do Sertão e reconheceu o papel dos demais representantes territoriais, reforçando que todos contribuíram para enriquecer as reflexões e como representante do Sertão, compartilhou uma reflexão pessoal, quando disse morar na região há mais de 35



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

anos e, ainda assim, não conhecia grande parte das pessoas presentes na Audiência Pública, ressaltando que a região do Sertão é tradicional, abriga famílias antigas, mas, historicamente, sofreu com a ausência de infraestrutura, pois foram muitos anos sem energia elétrica, sem água tratada, sem saneamento básico e sem atendimento adequado da saúde; relatou seu espanto ao ver um mapa da SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) classificando a região do Sertão como área adequada para o plantio intensivo de grãos; afirmou que o território é predominantemente coberto por cerrado e que a comunidade local vive da agricultura familiar, do extrativismo vegetal, da criação de gado e da reprodução de leite, mantendo a vegetação nativa; disse que o risco de ver o território transformado em área para monocultura, como soja, foi um choque, mas que, felizmente, esse equívoco está sendo corrigido com a revisão do Plano Diretor, que reconheceu as especificidades da região, sua característica ecológica e produtiva, e o modo de vida das famílias que lá residem; lembrou também de outro episódio marcante, quando, à época como diretora da escola local (que atendia cerca de 150 alunos), tomou conhecimento de um mapa de ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros que classificava a área do Sertão como “vazia”, ignorando a presença das famílias e da comunidade ali instalada há décadas; destacou que foi eleita pela comunidade e pelos fazendeiros da região para representar o Sertão na Comissão de Revisão do Plano Diretor e, ao chegar, encontrou representantes de outros territórios, todos engajados e comprometidos; expressou sua confiança na representatividade desses membros, apesar de perceber que há ainda muitos cidadãos que parecem distantes da realidade concreta do território, mesmo morando nele; lamentou que o primeiro Plano Diretor, apresentado há muitos anos, tenha sido arquivado sem implementação; considerou uma pena que, naquela época, a população não tenha se envolvido mais ativamente para estudar o documento e cobrar sua aplicação e fiscalização; demonstrou preocupação de que, mesmo após todo esse processo atual, o Município não consiga chegar a um consenso; ressaltou, como disse a Promotora de Justiça, que é preciso partir de um ponto, e que o momento é esse; por fim, fez um apelo para que haja justiça no processo; relembrou que, quando o IBGE esteve nas residências muitos se recusaram a responder ao censo, mas essas mesmas pessoas utilizam os serviços públicos, como hospital, cartório e banco; reforçou que o Plano Diretor não será perfeito, mas que ele deve ser compreendido como uma base para avanços futuros, com possibilidade de questionamentos localizados e melhorias contínuas; agradeceu a todos e concluiu sua fala destacando que, do ponto de vista da região do Sertão, houve um importante reconhecimento e o respeito ao modo de vida e ao modo de ser daquela comunidade. O cerimonial passou a palavra ao representante do Território da Região do P. A. Sílvio Rodrigues, Cidade da Fraternidade, P. D. S. Esusa e adjacências, Sr. João Henrique Silva Vera, que iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes e disse se sentir muito honrado por ter sido eleito para representar seu território e por ter a oportunidade de se pronunciar diante dos representantes do município, todos interessados no desenvolvimento de Alto Paraíso de Goiás, município que, segundo ele, é estratégico por sua influência nas bacias hidrográficas que impactam diversas outras localidades; falou que representa um



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

território abrangente, que inclui a Cidade da Fraternidade, o Assentamento Silvio Rodrigues, o Assentamento Esusa e diversas propriedades rurais e fazendas da região; ressaltou que a área possui diferentes zoneamentos da Área de Proteção Ambiental (APA) de Pouso Alto, o que reforça sua relevância ambiental e social; destacou a presença de representantes importantes do território na Audiência Pública, incluindo membros da Superintendência da RIDE, como o Sr. Lucas, com conhecimento técnico e institucional sobre o INCRA e suas decisões relacionadas aos assentamentos; mencionou também a participação ativa de lideranças como Dona Genivalda, a Vereadora Ivonete, além de diversos moradores e produtores rurais; fez um apelo à continuidade do diálogo entre os diversos segmentos da sociedade, reforçando que apenas com união, escuta mútua e propostas construídas de forma coletiva será possível alcançar o consenso necessário para a aprovação do Plano Diretor; informou que, em sua região, foram realizadas reuniões participativas, das quais resultaram diversas propostas, posteriormente apresentadas em atas e incluídas no documento em discussão; compartilhou que, além de liderança comunitária, atua como diretor de escola em sua comunidade e que sua tese de mestrado foi voltada para o tema do desenvolvimento sustentável da região, integrando os aspectos social, ambiental, econômico e cultural, sempre com foco na aplicação de tecnologias voltadas para o bem-estar da população atual e das gerações futuras; destacou a importância de evitar decisões imediatistas, sobretudo quando se trata de questões ambientais, e defendeu a necessidade de planejamento a médio e longo prazo; disse que, tanto na escola quanto no território como um todo, o princípio que norteia as ações é o do território do bem viver, no qual cada aluno, cada pessoa, busca estar em equilíbrio consigo mesma, em harmonia com a comunidade e com a natureza; finalizou sua fala expressando o desejo de que o Plano Diretor possa ser um instrumento de construção de pontes entre os diferentes territórios, promovendo a esperança e o diálogo respeitoso; ressaltou que é essencial que todas as propostas apresentadas sejam avaliadas com sensibilidade, considerando seus impactos sociais e ambientais, e que o resultado final do processo seja alcançado com harmonia, respeito e fraternidade. O cerimonial passou a palavra ao representante do Território do Distrito de São Jorge, Sr. Sebastião Ferreira da Silva Neto, que iniciou sua fala cumprimentando os presentes e se apresentando como representante da Vila de São Jorge, considerou uma grande honra ter sido escolhido pela Associação de Moradores para representar sua comunidade; destacou que também vive na localidade e participa ativamente da realidade e dos desafios enfrentados pelo território; agradeceu pela oportunidade de falar e lembrou que a comunidade de São Jorge tem acompanhado o processo de revisão do Plano Diretor desde o ano de 2019; ressaltou a importância desse momento para as comunidades locais, especialmente para as mães de família que, naquela época, já iniciavam a luta por reconhecimento, legalização e acesso à infraestrutura básica; informou que, atualmente, representa não apenas a Vila de São Jorge, mas também as localidades da Vila Cristal, Vila Cerradinho, o núcleo de habitação social da Vila de São Jorge, a Ecovilla, entre outras áreas do entorno; afirmou que este é um momento crucial, que não pode ser desperdiçado, pois representa a possibilidade de garantir direitos e ordenar o crescimento do território e ao citar



ESTADO DE GOIÁS

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

a Ecovilla, relatou que, em 2017, havia 37 famílias residindo no local, em um território pequeno e que atualmente, esse número subiu para cerca de 250 famílias na região, além de diversos lotes ainda não ocupados; destacou a urgência de refletir sobre essa situação e de buscar soluções através do Plano Diretor; comentou que houve críticas na Vila de São Jorge quanto à ausência de reuniões relacionadas ao Plano Diretor, no entanto, ele afirmou categoricamente que o território trabalhou intensamente, realizou reuniões e participou de todo o processo, agradecendo aos envolvidos pelo empenho e pela oportunidade de contribuir; destacou que o processo foi digno e que os representantes territoriais foram escolhidos pelas próprias comunidades; ressaltou que todos foram orientados a ouvir a população e levar suas sugestões para que fossem contempladas na revisão do Plano Diretor; pontuou que o Plano Diretor vem para ajudar na regularização de áreas já habitadas e destacou uma das conquistas obtidas por meio do diálogo: a definição de lotes com metragem de 500 m²; afirmou que a proposta inicial de 1.000 m² era inviável para muitos moradores, considerando que existem terrenos atualmente com apenas 250 m², especialmente na Ecovilla, cuja ocupação tem ocorrido de forma desordenada; disse que o Plano Diretor representa a solução para esse cenário, sendo um instrumento essencial para garantir habitação social, ordenamento territorial e planejamento urbano; ressaltou que as áreas vagas na região são, em sua maioria, propriedades privadas, e que a regularização se faz urgente; informou que foi feito um levantamento detalhado das informações do território, com dados confiáveis obtidos pelos próprios representantes e moradores; afirmou que o processo foi conduzido com transparência, fruto de reuniões abertas e participativas; disse falar com sinceridade como morador da Ecovilla, onde vive há mais de 15 anos, antes mesmo da ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; reforçou que sua luta é pela regularização fundiária, direito legítimo das famílias que residem no local, e reafirmou que o território é rico em cultura e tem grande potencial turístico; finalizou agradecendo pela oportunidade de participar e contribuir com o processo de revisão do Plano Diretor. O cerimonial passou a palavra ao representante do Território da Estrada Parque (GO-239), Sr. Flávio Rodrigues Pacheco, que iniciou sua fala cumprimentando os presentes e em nome do Prefeito, cumprimentou todas as autoridades presentes, e, em nome da Promotora de Justiça estendeu os cumprimentos a todas as mulheres; pediu a bênção de Deus para que Ele se fizesse presente naquela reunião; apresentou-se como representante da região localizada ao longo da GO-239, compreendendo o trecho entre o Rio da Pontezinha até o Rancho do 'Seu' Valdomiro, delimitada como área de abrangência do zoneamento em questão; relatou que iniciou seu trabalho em Alto Paraíso de Goiás em 1994, durante a gestão do saudoso Divaldo Rinco, na época da implantação do bairro Novo Horizonte, e disse que naquele período as demandas da população eram bem menores e o abastecimento de água, por exemplo, foi projetado para atender à população daquela época; afirmou que o município está em crescimento e que todos os serviços públicos e estruturas urbanas precisam acompanhar esse desenvolvimento, pois quando a população cresce é natural que cresçam também as demandas por infraestrutura e ordenamento territorial; informou que foram realizadas diversas reuniões na região da GO-239, inclusive visitas de campo para



ESTADO DE GOIÁS

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

conhecer e mapear as áreas discutidas; disse que possui conhecimento direto da localidade e ressaltou que quem transita pela GO-239 entre o km 12 e o km 14 até a propriedade do 'Seu' Valdomiro pode ver apenas algumas luzes acesas à margem da estrada, mas que, se for utilizado um drone para sobrevoar o local, será possível observar milhares de luzes atrás do morro, indicando um adensamento significativo na ocupação da região; demonstrou preocupação com os dados populacionais oficiais do município, mencionando que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta cerca de 8 mil habitantes, enquanto ele acredita que Alto Paraíso de Goiás já conta com mais de 20 mil pessoas; argumentou que essa discrepância prejudica o município, uma vez que os recursos financeiros são repassados com base nos dados oficiais, o que compromete o orçamento público e criticou a resistência de alguns setores da população à regularização e ao processo de zoneamento urbano, afirmando que muitos não querem arcar com responsabilidades como o pagamento do IPTU ou a obtenção de escrituras, e que isso compromete o desenvolvimento ordenado do município; enfatizou que a revisão do Plano Diretor é uma oportunidade para organizar o território e gerar os recursos que o município precisa; fez questão de esclarecer que a área em discussão no momento, na GO-239, não inclui a região da Pontezinha como sendo nova no processo, pois esta já consta como área de expansão urbana desde o Plano Diretor de 2000; disse que participou ativamente de reuniões em todas da região e afirmou que, na visão dele, o que foi estudado e proposto para a GO-239 está bastante aceitável, embora ressalte que sempre há espaço para ajustes e melhorias por parte da Câmara Municipal; mencionou que houve desinformações sendo disseminadas, incluindo alegações de que áreas de proteção ambiental estariam sendo retiradas da Fazenda São Bento, de propriedade da Sr^a. Magda; informou que mais de 40 alqueires da referida fazenda estão sendo colocadas como reserva legal e reiterou que muitas pessoas estão recebendo informações incorretas sobre o que está sendo proposto, defendeu que é fundamental que todos leiam e se informem adequadamente para compreender a real situação e reforçou que acompanhou todas as reuniões e audiências públicas desde o início do processo e que, para ele, a revisão do Plano Diretor vem para melhorar a cidade; parabenizou o Prefeito Marcos Rinco pela coragem em enfrentar um cenário tão complexo, afirmando que a situação atual é pior do que em uma favela em alguns aspectos, devido à falta de ordenamento e à desinformação que prejudica o andamento dos trabalhos; finalizou agradecendo a todos os presentes, desejando que Deus abençoe cada um e reiterou seu agradecimento pela oportunidade de se manifestar. O cerimonial passou a palavra ao representante do Território da Região Alto Couros (GO-118), Sr. Jean Pedroso da Silva, que iniciou sua fala cumprimentando a todos os presentes e se apresentando como representante legal, eleito de forma democrática pelos moradores do território da GO-118, sentido Teresina de Goiás, região denominada Alto Couros; informou que desde 2023 está empenhado nessa missão, atuando junto ao grupo de 32 representantes que integram a Comissão Técnica de Revisão do Plano Diretor Participativo, composta também por Secretários Municipais e demais membros capacitados; afirmou que cada um dos participantes deu o melhor de si, respeitando os direitos dos cidadãos, os limites do território e a preservação da natureza.



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

sempre buscando o equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade, considerando o privilégio de viver em Alto Paraíso de Goiás; relatou que, ao longo do processo, enfrentaram muitas dificuldades, incluindo questionamentos desnecessários e especulações oriundas de pessoas desinformadas; apesar disso, reforçou que os representantes territoriais estavam preparados, que conhece pessoalmente cada um deles, e que todos se empenharam com seriedade e responsabilidade em suas funções; destacou que participou de diversas reuniões e, nos casos em que moradores não puderam estar presentes, os representantes foram até as residências buscar informações e ouvir as demandas da população, levando-as às reuniões da Comissão Técnica; afirmou sentir-se privilegiado por representar uma região complexa, especialmente por abrigar o aterro sanitário municipal, por possuir áreas de campos úmidos, murundus, e por ser habitada majoritariamente por pessoas de baixa renda, por isso, fez um apelo para que a revisão do Plano Diretor seja legitimada e, dirigindo-se aos Vereadores, especialmente àqueles que não acompanharam diretamente as reuniões técnicas, assegurou que os representantes territoriais percorreram suas comunidades, levantaram as necessidades reais dos moradores e buscaram construir uma proposta que equilibre desenvolvimento e preservação ambiental; reforçou que, quando o Projeto de Lei do Plano Diretor for encaminhado à Câmara Municipal, espera sua aprovação, pois o dever de casa foi feito; ressaltou que Alto Paraíso de Goiás é o que é hoje graças ao esforço e respeito das gerações anteriores (pais e avós) que souberam preservar a natureza e garantir os direitos de todos, e não por influência de especuladores que chegam recentemente ao município; finalizou destacando a importância do Plano Diretor para garantir o acesso à moradia digna, a expansão urbana ordenada e o respeito à natureza; encerrou dizendo que foram 32 mentes excepcionais que trabalharam junto com a sociedade civil para revisar o Plano Diretor, e fez um pedido para que o trabalho dos representantes e dos moradores nativos seja respeitado. O cerimonial passou a palavra ao representante do Território da Região das Loquinhas e Morrão, Sr. Luiz Carlos Simion (Zizo), que iniciou cumprimentando a todos e agradecendo pelo convite para participar da audiência; cumprimentou o Poder Executivo, na pessoa do Prefeito Marcos Rinco e da Vice-Prefeita Helena Gomes, o Poder Legislativo, na pessoa do Presidente da Câmara Douglas Barreto, a Promotora de Justiça Dra. Andressa Lorraine e demais autoridades e participantes presentes, destacando a líder comunitária Vereadora Téia, de São Jorge, o Sr. Diego, Superintendente do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e, o Sr. Lucas, que atuou na coordenação da Conferência da Agricultura Familiar; informou que foram realizadas inúmeras reuniões com os moradores da região das Loquinhas e Morrão, das quais resultou a construção coletiva de um documento contendo as propostas da comunidade, que foi lido durante a audiência e entregue à Comissão Técnica de Revisão do Plano Diretor Participativo; as contribuições foram resultado de diversas reuniões locais, visitas técnicas aos territórios, fóruns, encontros e seminários promovidos ao longo do processo de revisão, com a participação do Procurador-Geral do Município, Dr. Ismael Neiva, e do responsável técnico pelo processo, Sr. Arimatéia; destacou que essas atividades contaram com o envolvimento de especialistas técnicos, representantes do Poder Público e da sociedade civil; reforçou que a elaboração do



ESTADO DE GOIÁS

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

documento é fruto de um trabalho coletivo que se estende por vários anos e que agora se materializa nesta Audiência Pública; sobre a realidade do território, explicou que a região das Loquinhas, juntamente com o Morrão, possui características geográficas específicas e enfrenta uma grave situação socioambiental, o que exige um modelo de ocupação que priorize a regeneração de áreas degradadas, visando à melhoria da qualidade de vida dos moradores e à preservação dos recursos naturais; ressaltou que a comunidade apresentou propostas concretas que visam garantir uma ocupação equilibrada, com regras claras para o uso dos recursos naturais e que tragam segurança jurídica à população, pois a região está localizada na microbacia do córrego Passa Tempo, sendo delimitada por esse curso d'água, que também faz divisa com a atual área de expansão urbana da cidade e que trata-se de uma região estratégica, entre o centro urbano de Alto Paraíso de Goiás e uma unidade de conservação federal, com relevante importância para o abastecimento hídrico do município; pontuou que as Loquinhas são também reconhecidas como atrativo turístico, sendo a cachoeira das Loquinhas uma das principais nascentes do córrego Passa Tempo e esse córrego, por sua vez, alimenta o córrego Chico Mineiro e o córrego Barreira, que juntos deságuam no rio São Bartolomeu, um dos principais recursos hídricos de Alto Paraíso de Goiás; disse que historicamente a principal atividade econômica da região foi a pecuária extensiva, hoje bastante reduzida, e que as áreas ainda preservam formações naturais como campos limpos, campos sujos, matas de galeria, mata de veredas e pontos isolados de cerradão; explicou que o acesso à região é feito por estrada de terra, que se inicia no final da Rua do Segredo, cruza o córrego Passa Tempo por uma ponte de madeira de mão única e segue até o atrativo turístico e diante da fragilidade ambiental, a comunidade projetou uma visão de futuro baseada na recuperação de áreas degradadas, priorizando a revegetação com espécies nativas (árvores, arbustos e gramíneas) e promovendo uma ocupação restritiva, com regramento claro; defendeu que, além das diretrizes básicas do Plano Diretor, é fundamental incorporar tecnologias sociais que garantam segurança jurídica à população, contribuindo com o Poder Público por meio da arrecadação tributária e exigindo, em contrapartida, a implantação de políticas públicas voltadas ao bem coletivo; finalizou afirmando que esse é o conteúdo do documento aprovado pelos moradores da região das Loquinhas e agradeceu pela oportunidade de apresentar as demandas da comunidade. O cerimonial agradeceu a presença dos Vereadores Claudiomar Teles Gonçalves, Divinaldo Delfino dos Santos, André Luiz Rodrigues dos Santos (Andrezinho), Ivonete Rodrigues de Souza, Aristéia Avelino do Nascimento (Téia) e João Batista Francisco Reges (Joka), bem como, da Superintendente de Unidades de Conservação, Biodiversidades e Regularização Ambiental da SEMAD, Sr^a. Zilma Alves Maia, e do Chefe da APA de Pouso Alto e do Parque Estadual Águas do Paraíso (Peap), Sr. Mozart Caetano de Freitas Junior. O cerimonial agradeceu a presença das autoridades que compuseram a Mesa de Honra e, em seguida, solicitou o seu desfazimento para dar início aos trabalhos técnicos da audiência. Na sequência, foi iniciada a fase de apresentação técnica, sendo concedida a palavra ao Sr. Marcos Aurélio Lopes de Arimatéia, representante da equipe técnica responsável pela revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Alto Paraíso de Goiás, que realizou



ESTADO DE GOIÁS

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

a apresentação do texto da minuta do Projeto de Lei Complementar e de seus anexos, estratégia metodológica adotada na execução dos trabalhos, destacando as etapas que compuseram o processo, tais como: reuniões comunitárias nos territórios; visitas técnicas de campo; oficinas temáticas com especialistas e técnicos; as sistemáticas das contribuições recebidas da população e de instituições diversas ao longo do processo participativo. Na sequência, foi realizada a leitura da minuta do Projeto de Lei Complementar referente à revisão do Plano Diretor Participativo, abordando seus princípios, diretrizes, objetivos, macrozoneamento, zoneamento urbano, rural e ambiental, bem como as proposições voltadas ao ordenamento territorial, mobilidade, infraestrutura urbana e sustentabilidade; o Sr. Arimatéa destacou ainda que o trabalho apresentado foi construído com base em critérios técnicos, legais, sociais e ambientais, considerando os interesses coletivos do município, e ressaltou o papel fundamental da participação popular e dos representantes dos territórios durante todo o processo de elaboração da proposta; apontou a composição do COMCIDADE, cujas discussões resultaram na forma pela qual o Conselho da Cidade será composto, passando a decisão a compor o material de trabalho e ao texto do Projeto de Lei Complementar - PLC; abordou a Macrozona Urbana, sede e São Jorge, e os mapas que apresentam a situação; tratou dos temas: Uso e Ocupação do Solo; Parâmetros Urbanísticos; Mobilidade e Acessibilidade; Meio Ambiente; o Zoneamento: uso e ocupação do solo nas Zonas Ambientais e o uso e ocupação do solo no Perímetro Urbano; parâmetros urbanos; sistema de captação e recarga de águas pluviais; definições das Zonas Urbanas básicas, especiais e ambientais; Macrozona urbana da sede e de São Jorge; sistema viário urbano; adentrou aos temas: mobilidade, sede e São Jorge; calçadas públicas; sistema viário rural, estradas vicinais; abordou as Zonas de Expansão Urbana Específicas para Chacreamentos, Zona de Chacreamento 1, 2 e 3; regramentos de uso e ocupação nas ZEUE-Ch; instituição de sítios de recreio; apresentou os mapas e a localização das ZEUE-Ch nos territórios: Passatempo; Loquinhas; - Morrão; - Alto/Couros; São Bento; GO 239 km 12, km 14; Recanto das Araras; São Jorge/Sul; Faz. Mirante; - Ecovila; - Vila Cristal, Faz. Raizama, Instituto Palicourea; Parcelamento do solo; Loteamentos: vias públicas, quadras e lotes; Loteamento de Acesso Restrito; Condomínio Edifício; processos de aprovação e fiscalização do Parcelamento do Solo Urbano; aprovação de Loteamento; Desmembramentos e Remembramentos; Remanejamento e Revogação de Parcelamento; penalidades; qualidade e gerencialmente ambiental; sistema municipal de áreas verdes; usos de solo geradores de impacto e do estudo de impacto de vizinhança EIV; instrumentos em geral; zonas especiais de habitação de interesse social ZEHIS; função social da propriedade e dos instrumentos jurídicos-administrativos: parcelamento, edificação ou utilização compulsória; vazios urbanos; disciplina para ocupação e dos vazios urbanos e lotes vagos; imóveis abandonados, não parcelados, não edificadas e subutilizados; IPTU progressivo no tempo; consórcio imobiliário; direito de preempção; regularização fundiária; operação urbana consorciada OUC; tratou das Disposições Finais e Transitórias. A participação popular se deu por meio dos inscritos previamente para uso da fala, distribuídos em blocos de 03 (três) em 03 (três), com até 05 (cinco) minutos para cada manifestação, seguidos de



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

respostas e ponderações do Sr. Arimatéa. A fase de manifestação dos previamente inscritos foi iniciada pelo cerimonial, que concedeu a 1ª fala ao Dr. Eliomar Artur Bertoldo Siqueira, o qual não compareceu ao momento da chamada e, portanto, não realizou a manifestação. O cerimonial concedeu a 2ª fala para Srª. Sarah Stadcbwer, que iniciou lamentando que parte do público já tivesse se retirado e se apresentou, dizendo ser alemã de origem, geofísica, com mestrado na área de águas subterrâneas, realizado na Alemanha; disse que chegou ao Brasil em 2015, tendo vivido inicialmente em uma favela no Rio de Janeiro; falou que atualmente, reside no bairro Eldorado, em Alto Paraíso de Goiás, onde atua em projetos socioambientais desde 2018; relatou que acompanha o processo de revisão do Plano Diretor desde 2019, inclusive participando da Comissão Permanente de Revisão e destacou sua contribuição técnica na área de mapeamento e geoprocessamento; lembrou que, desde o início do processo, entregaram abaixo-assinados e buscaram contribuir de forma ativa; expressou preocupação com a redução do volume de água dos rios e nascentes da região, uma realidade que, segundo ela, está comprovada não só pelos relatos dos moradores mais antigos, mas também por meio de entrevistas, medições e dados científicos; afirmou que os efeitos das mudanças climáticas já estão sendo vivenciados no presente, e não apenas previstos para o futuro, por isso, defendeu que o Plano Diretor precisa apresentar respostas claras e eficazes frente a esse cenário; chamou atenção para a importância das Áreas de Preservação Permanente (APPs), cuja função é justamente proteger o território contra a erosão e preservar os recursos hídricos; ressaltou que, embora seja possível recuperar rios e nascentes degradadas, isso requer alto investimento, e a recuperação de bacias hidrográficas inteiras torna-se praticamente inviável após a consolidação da ocupação urbana; manifestou preocupação com o uso do termo “chacreamento especial” presente no plano, que remete à ideia de grandes lotes, mas, na prática, se refere a loteamentos em áreas inadequadas para ocupação urbana; mencionou como exemplo as áreas da Pontezinha, aos pés da Serra da Chapada, e ao longo dos rios São Miguel e São Bartolomeu, locais que, segundo ela, estão sendo loteados sem apresentar interesse social ou critério ambiental adequado; alertou que o crescimento urbano tem avançado justamente sobre zonas frágeis e de alta importância hídrica, o que compromete o abastecimento futuro e o equilíbrio ambiental; defendeu a necessidade de se pensar o território com uma visão de longo prazo, pois estamos decidindo o que vamos deixar para nossos filhos, netos e futuras gerações, e não podemos tomar decisões baseadas apenas em interesses imediatos; ressaltou que água é um bem fundamental, não apenas para a vida, mas também para o turismo, a economia e o desenvolvimento local e reiterou que não fala apenas como ambientalista, mas como cientista e que trabalha com dados; disse que isso não é uma questão política, mas técnica e como especialista em geoprocessamento, solicitou que os mapas atualizados do zoneamento sejam divulgados de forma clara e acessível; observou que os mapas exibidos durante a audiência apresentam diferenças em relação ao material anteriormente publicado pela Prefeitura, o que impossibilita uma análise técnica adequada; reforçou a importância de transparência na nomenclatura e nas legendas, para garantir que toda a sociedade compreenda corretamente as propostas em discussão; finalizou agradecendo a atenção e o



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

espaço concedido. O cerimonial concedeu a 3ª fala ao Sr. Uiter Gomes de Araújo, que iniciou cumprimentando a todos e elogiando a fala da Srª. Delmar, destacando que também é dessa época em que se caminhava de Alto Paraíso até São Jorge, antes mesmo da existência do rancho do 'Seu' Valdomiro; compartilhou que estudava em Alto Paraíso enquanto morava em São Jorge e relembrou sua experiência como ex-gestor público do município; parabenizou a Promotora de Justiça pela sensibilidade com que vem conduzindo a questão da revisão do Plano Diretor, destacando também a coragem do atual Prefeito ao enfrentar um tema tão delicado; comentou que, ao assumir a Prefeitura anos atrás, o município estava há 16 anos "embargado", mas apenas no papel, pois o crescimento desordenado seguia ocorrendo sem controle efetivo; alertou para o que vê como uma inversão de valores, pois quem busca agir de forma legal encontra obstáculos, enquanto os que seguem de forma irregular acabam sendo beneficiados; denunciou o comportamento de certos grupos que, ao adquirirem terrenos para uso próprio e de amigos, passam a impedir qualquer outra ocupação, mesmo sem terem histórico com a região; citou como exemplo as terras de sua própria família, localizadas ao longo do Rio São Miguel, desde o Vale da Lua até a travessia próxima à ponte do Segredo, que nunca foram vendidas, apesar de serem constantemente alvo de especulação; apontou o contraste entre pessoas que chegaram recentemente ao município, há 4 ou 5 anos, compraram terras por valores baixos e agora as colocam no mercado por milhões, enquanto criticam e denunciam a revisão do Plano Diretor ao Ministério Público, ICMBio e SEMAD; disse que trata-se de uma contradição grave e que precisa ser enfrentada e como representante da ASSEJOR - Associação de Empreendedores de São Jorge e corretor de imóveis com registro no CRECI, destacou que conhece bem a realidade fundiária e urbanística local; citou o exemplo da região da São Bento, onde há pedidos para regularização apenas da parte posterior, enquanto a área frontal não poderia ser regularizada, questionando o por que uns podem e outros não; fez um alerta direto à população que acredita que o novo Plano Diretor irá facilitar a regularização de loteamentos e ressaltou que isso é um equívoco, pois o processo atual é muito mais rigoroso, diferentemente do passado, quando bastava abrir ruas com máquinas e os órgãos públicos completavam a infraestrutura (como a CELG com energia ou a SANEAGO com água), hoje qualquer parcelamento exige equipe multidisciplinar e estudo de impacto ambiental, pois sem aprovação dos órgãos competentes, não se realiza nenhum empreendimento; finalizou enfatizando a importância de clareza nas informações repassadas à população e pediu aos Vereadores que se debrucem sobre o Projeto de Lei, estudem com seriedade e aprovelem o texto, pois acredita que será positivo para o futuro do município; encerrou agradecendo o espaço de fala. O cerimonial concedeu a 4ª fala ao Sr. Eduardo Nobrega, que iniciou cumprimentando a todos, especialmente às mulheres, que eram praticamente maioria na audiência; disse que em nome da Vice-Prefeita Helena e de figuras atuantes como a Srª. Téia, Srª. Márcia e a Prof. Delmar, cuja fala elogiou, estendeu a saudação aos demais presentes; apresentou-se como engenheiro formado pela Universidade de Brasília (UnB) e afirmou que sua contribuição seria voltada à parte técnica; iniciou destacando uma preocupação: as voçorocas que vêm surgindo no território; disse que essas



ESTADO DE GOIÁS

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

erosões precisam ser mapeadas com urgência e receber ações concretas, pois, se ignoradas, se tornam problemas de altíssimo custo e difícil solução no futuro; alertou que voçoroca é como um dragão de várias cabeças e se não agir agora, em 10 ou 20 anos a situação será irreversível; abordou outra inquietação relacionada ao crescimento desordenado e a possível chegada de grandes empreendimentos à cidade, citando como exemplo um projeto de R\$ 1 bilhão no município de Gramado (RS); disse que empreendimentos desse porte, que ocupam grandes áreas, como 34 hectares, geram impactos ambientais, sociais e econômicos profundos; questionou, se Alto Paraíso tem estrutura para absorver algo desse tamanho e se temos instrumentos no Plano Diretor para regular ou barrar isso; lembrou que iniciativas assim costumam chegar com apoio político de alto escalão, o que exige preparo e mecanismos de defesa do território; enfatizou que é urgente aprovar o Plano Diretor, pois a cidade está atualmente sem Código de Obras, Código de Posturas e diretrizes para novos loteamentos; ressaltou, no entanto, que a simples aprovação não é suficiente sem fiscalização eficaz, pois sem fiscalização esse Plano vai virar a maior frustração da vida de todos e vai ser só um documento bonito, mas inútil; defendeu uma fiscalização orientativa, com foco em educação e informação, pontuando: se a calçada está errada, o fiscal precisa orientar, entregar um panfleto explicando como fazer; disse que o mesmo vale para água pluvial, para as construções, para o uso do solo; sugeriu a criação de uma cartilha simples, de fácil entendimento, voltada à população, para explicar as diretrizes do Plano Diretor; reforçou a importância de comunicação acessível, por meio de escolas, rádios e canais comunitários; disse que o Plano só se torna efetivo quando as pessoas comuns, como pedreiros, jardineiros, trabalhadores locais, compreendem o que está sendo proposto; finalizou destacando um ponto técnico do Plano que considerou positivo: a exigência de vagas de garagem proporcionais ao número de quartos nas pousadas e flats, dentro do próprio lote, como forma de minimizar impactos no trânsito urbano e reiterou que todas essas diretrizes precisam ser bem explicadas à população para que o Plano seja aplicado de forma eficaz; encerrando sua fala, concluiu que o Plano Diretor precisa de duas coisas: divulgação e fiscalização, pois sem isso, vira só fantasia. O cerimonial passou a palavra ao Sr. Arimatéia, representante da equipe técnica, para responder e comentar as falas anteriores; deu início agradecendo a participação da Sr^a. Sarah, destacando sua presença constante nas reuniões e elogiando sua persistência e contribuições; lembrou que ela entregou o primeiro documento, ainda em janeiro de 2023, já apontando preocupações importantes, especialmente sobre os campos de murundus e o impacto ambiental na região e que essas colaborações foram fundamentais para que a equipe incluísse no Plano o reconhecimento desses campos dentro do que o município tem jurisdição, ou seja, dentro do perímetro urbano; destacou, por exemplo, o reconhecimento do campo de murundus da Pontezinha e outro mais adiante, próximo à GO-239, ambos com as devidas faixas de proteção de 50 metros, conforme o Código Florestal, além de uma zona de transição com mais 50 metros para uso sustentável; explicou que, antes do Estatuto das Cidades, o Plano Diretor era um instrumento puramente técnico, com decisões tomadas pelos técnicos, mas que após o Estatuto das Cidades passou a ser obrigatório garantir a participação popular e a busca por



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

equilíbrio entre os aspectos ambientais, sociais e econômicos; citou um autor que diz que a sustentabilidade, na prática, “não existe”, pois é um ponto ideal de equilíbrio difícil de atingir, mas reforçou que é esse equilíbrio que precisa se busca no Plano Diretor; esclareceu que a área entre a Pontezinha e o IBC foi mantida fora do perímetro urbano e classificada como zona de preservação da vida silvestre e informou que essa mesma área foi sobreposta pela demarcação da SANEAGO, criando a área de segurança hídrica, o que fortaleceu ainda mais sua proteção; quanto aos mapeamentos e ao balanço hídrico, explicou que o Plano Diretor não é um instrumento que produz estudos primários, mas sim que utiliza dados já existentes e destacou que, em 2019, a Universidade Federal realizou um estudo de balanço hídrico do município, e essas informações foram incorporadas ao trabalho, mas que ainda assim, foi registrado no Plano a necessidade de aprofundar esses estudos, especialmente nas áreas mais críticas; lembrou que balanços hídricos exigem medição detalhada da água que cai, infiltra ou evapora, e são estudos caros, que precisam ser feitos por equipes especializadas, e não pelo Plano Diretor em si; comentou a fala do Sr. Uiter, reforçando a necessidade de se estabelecer regramentos claros, especialmente em São Jorge, onde o crescimento desordenado já trouxe muitos desafios; ressaltou que a falta de fiscalização no passado precisa ser assumida, mas que isso não pode ser desculpa para não agir agora; disse, ainda, que a responsabilidade pela implementação do Plano Diretor é coletiva, e não apenas do Poder Executivo ou Legislativo; quanto a fala do Sr. Eduardo, reforçou que mesmo um bom Plano Diretor só terá valor se for efetivamente implementado, e que a fiscalização é responsabilidade de todos e para ajudar nesse processo foi criado o Conselho da Cidade (COMCIDADE), que terá a função de acompanhar a aplicação do Plano, independente do gestor ou da linha política que estiver no poder, pois o COMCIDADE será o responsável por apontar caminhos e garantir que o Plano seja respeitado e atualizado sempre que necessário; sobre os empreendimentos turísticos, explicou que o município enfrenta um desafio particular: só tem jurisdição dentro do perímetro urbano, apesar da Constituição dizer que o município deve legislar sobre todo o seu território e que as normativas estaduais e federais acabam se sobrepondo, por isso foi preciso ser mais restritivo nas áreas onde o município tem alguma margem de atuação, principalmente nas chamadas Zonas de Interesse Turístico e Ecológico - ZITE, regiões com atrativos turísticos importantes e que exigem proteção especial, pois nessas áreas, foi estabelecido, por exemplo, que empreendimentos de grande impacto (acima de 1.500 m² de área construída) não serão permitidos; disse que para evitar impactos no trânsito e no espaço urbano, o Plano define que cada estabelecimento precisa prever, dentro de seu terreno, o número mínimo de vagas de estacionamento conforme sua capacidade; finalizou comentando que a sugestão feita pelo Sr. Eduardo, sobre a criação de uma cartilha explicativa, é uma ideia excelente e que cabe ao Poder Executivo elaborar esse material, com linguagem simples, para que toda a população possa entender as regras básicas do Plano Diretor. O cerimonial concedeu a 5ª fala para Sr^a. Nina Claudia de Assunção Mello, que iniciou se apresentando e dizendo que é voluntária do SALVAR, uma associação de proteção animal aqui de Alto Paraíso de Goiás; disse que todos na SALVAR são voluntários; agradeceu ao espaço de fala e também ressaltou que,



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

embora algumas pessoas ainda tenham dificuldade de compreender a importância de se falar sobre animais dentro de um Plano Diretor, esse é um tema que precisa, sim, ser considerado; disse que a sociedade de hoje é mais humanitária e a relação com os animais, sejam eles domésticos ou silvestres, faz parte da nossa vida urbana e isso precisa ser incluído no planejamento das cidades; disse que historicamente, os animais não humanos sempre foram deixados de fora das discussões e tratados como agentes de sujeira, de desordem, vistos como problema, mas é preciso mudar essa lógica, de modo que nós precisamos pensar em uma cidade multiespécie, que reconheça a presença e o papel dos animais no equilíbrio do nosso ambiente, inclusive climático; disse que essa convivência é possível e a concepção moderna de urbanização deve considerar também os pets, como parte do espaço e da dinâmica da cidade, pois eles não são intrusos, são habitantes também; disse que rever esses conceitos significa rever também o próprio modo como a cidade é planejada e o Plano Diretor, nesse sentido, precisa incluir diretrizes voltadas à proteção e bem-estar animal, à preservação dos habitats naturais, à criação de corredores ecológicos, áreas verdes e deve estabelecer relações equilibradas entre o meio urbano e rural; apontou que nosso município é extremamente rico em fauna, principalmente fauna silvestre do Cerrado, mas o que vemos, infelizmente, é a destruição contínua dos habitats naturais, pessoas derrubando árvores, limpando terrenos sem considerar os animais que ali vivem e esses animais, muitas vezes, são mortos, expulsos ou deixados sem chance de sobrevivência e isso inclui também cães e gatos, que, mesmo não sendo silvestres, acabam representando risco à fauna nativa quando abandonados, pois um cão ou um gato solto pode se tornar predador de espécies silvestres e isso é responsabilidade nossa, como sociedade e também do Estado; ressaltou que os animais são tutelados pelo Estado, conforme estabelece a Constituição Federal, no artigo 225 e que existem leis federais, leis municipais e até ações públicas em andamento no Ministério Público sobre isso; especificamente sobre o Plano Diretor, chamou atenção para o Título I, artigo 31, na página 22, que trata do controle da presença de cães, sendo essencial que se inclua também a questão dos gatos; disse que arrisca dizer que temos mais gatos do que cachorros em Alto Paraíso de Goiás, e a diferença é que os gatos ficam escondidos, e quando são abandonados é muito mais difícil capturá-los, castrá-los ou doá-los, de modo que eles exigem uma abordagem diferenciada; disse que gostaria de propor a inclusão do conceito de “Saúde Única”, uma abordagem que reconhece que a saúde humana, animal e ambiental está interligada e que enquanto não entendermos isso, não vamos avançar, pois não adianta cuidar só do meu cachorro ou do meu gato, ou só reclamar do vizinho, é preciso pensar em ações públicas efetivas para enfrentarmos essa situação de forma coletiva; disse que vale lembrar que é proibido, por Lei, matar animal saudável no Brasil; finalizou dizendo que há outros pontos no Plano Diretor que mencionam os animais, e que pode enviar essas observações por e-mail depois, mas sentiu falta, por exemplo, de algo mais claro sobre a criação de animais na zona urbana, pois é comum ver porcos, cavalos, galinhas em áreas urbanas, e isso precisa ser regulamentado de forma saudável e responsável por meio do Plano. O cerimonial concedeu a 6ª fala ao Sr. Lourenço Andrade de Almeida, que iniciou sua participação dizendo que é muito importante estarem todos presentes na Audiência



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

Pública e que seria excelente se tivéssemos mais reuniões comunitárias nesta cidade e, mais ainda, que a comunidade fosse melhor recebida, não como uma ameaça ao poder, mas como uma contribuição fundamental para o futuro da cidade, porque a cidade é dos seus cidadãos; disse que faria algumas considerações breves, dirigindo-se ao Sr. Arimatéa, estimado consultor, e também ao público presente; disse ter preparado um texto bem direto, com apenas duas páginas, intitulado: 'COMCIDADE: Avanço ou Retrocesso?'; disse que a proposta do COMCIDADE, apresentada pela Prefeitura, incorre em alguns equívocos, ou talvez vários, pois isso representa um risco; disse que apontaria onde estão, a seu ver, esses possíveis erros; disse que o primeiro ponto é a seguinte dúvida: o COMCIDADE será consultivo ou deliberativo, pois o próprio texto da minuta apresenta contradições e na sua visão, o COMCIDADE deve ser consultivo, pois já se tem outros espaços de deliberação democrática: Câmara Municipal, Conselhos Municipais, Conferências, sendo que esses espaços precisam ser fortalecidos e respeitados; disse que estamos em um processo de amadurecimento institucional, onde temos conselhos que funcionam muito bem, outros nem tanto, alguns paralisados, e até conselhos que foram criados por lei e nunca implementados, como o de Segurança Alimentar; disse que em vários trechos, o texto parece tratar o COMCIDADE como deliberativo, o que considero inadequado, e além disso há sérios problemas de redação; disse que lei, como sabem os Vereadores presentes, aos quais saudou, precisa ser clara, bem escrita, sem ambiguidades, pois redação é algo fundamental; o segundo ponto: o COMCIDADE deve acolher, e não restringir; disse que é um espaço com enorme potencial, mas precisa ser inclusivo, por exemplo, em São Jorge está previsto que haverá apenas uma entidade representativa, mas por que não incluir também a ASJOR, a Associação Comercial, entre outras; o Sr. Uiter e a Sr. Mércia que são do setor empresarial de São Jorge representam vozes legítimas da comunidade; disse que o próprio texto menciona que a vaga será ocupada por "ONG ou Academia", criando um falso dilema, uma divisão desnecessária, pois a UnB Cerrado, por exemplo, tem sede aqui em Alto Paraíso de Goiás graças ao esforço da própria comunidade, sendo uma instituição local sim, e representa a ciência, que deve ser valorizada e acolhida; ressaltou que temos muitos cientistas em nossa cidade, como o Sr. Severino, presente ao evento, e a própria Sr^a. Sarah, que fez uso da palavra, que são pessoas que trazem conhecimento técnico e compromisso com o território; terceiro ponto: a proposta atual infla a presença do Poder Executivo dentro do COMCIDADE, conferindo a ele poderes que, ao seu ver, não cabem, tendo apontado no seu texto os trechos onde isso ocorre; ressaltou que é importante lembrar que o COMCIDADE, como órgão consultivo, não ameaça o Executivo, nem o Legislativo, nem ninguém, pelo contrário, ele fortalece a democracia participativa e por isso, não se deve engessar o COMCIDADE sem debate público, pois ele precisa nascer de forma equilibrada e representativa. O cerimonial concedeu a 7ª fala ao Sr. Eduardo Machado Alencastro Veiga, que iniciou se apresentando como morador da área de São Jorge há 10 anos, com histórico de residência na zona rural e no Distrito de São Jorge, onde também tem familiares, e que além disso é topógrafo atuando na região desde 2016, com ampla experiência nos processos históricos de desenvolvimento territorial; relatou sua participação



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

em projetos de zoneamento ambiental, incluindo o cadastramento rural de mais de 130 propriedades dentro da APA de Pouso Alto; aproveitou para reforçar uma preocupação levantada pela Sr. Sarah, a questão hídrica, que considera extremamente alarmante, pois durante o cadastramento, muitos proprietários relataram que nascentes que não secavam no passado agora se esgotam, um grave sinal da crise de água na região; chamou atenção para a ausência de dados claros na proposta atual, mencionando que cerca de 50% das áreas são classificadas como “áreas úteis”, mas sem detalhar a ocupação futura ou o aumento real do consumo de água, energia e demais demandas e que sem esses estudos técnicos e científicos, surge a indagação: se não tem água, o que vai ser feito?; falou como representante da comunidade de São Jorge, suplente na Comissão de Revisão, e destacou o esforço coletivo feito para buscar diálogo equilibrado entre moradores e interessados, louvando quem optou por levar seus projetos à discussão pública, ao invés de agir às escondidas como muitos que simplesmente regularizam empreendimentos à margem da lei; criticou, ainda, a falta de planejamento e os riscos de crescimento desordenado; mencionou que foram protocolados dois documentos: um da comunidade do Recanto das Araras (Vale da Lua) e outro da comunidade de São Jorge, com sugestões detalhadas para aprimorar o Projeto de Lei Complementar; finalizou ressaltando que o Plano Diretor é um instrumento fundamental para o município e deve ser aprovado, mas com aprimoramentos técnicos urgentes e destacou que, embora o atual Plano seja bom no papel, falhou na execução; lembrou que a responsabilidade não é exclusiva dos órgãos públicos, pois a população também tem papel direto na perpetuação das irregularidades, como os parcelamentos ilegais. O cerimonial passou a palavra ao Sr. Arimatéa, representante da equipe técnica, para responder e comentar as falas anteriores; deu início reforçando que as contribuições da sociedade civil vêm sendo fundamentais ao longo de todo o processo de revisão do Plano Diretor; em relação à fala da Sr^a. Nina, comentou que muitas das propostas apresentadas por ela, especialmente na área da saúde, já foram incorporadas ao texto da minuta, mas reconheceu que ainda pode haver pontos que precisam de melhor tradução legal e pediu que, caso haja sugestões mais específicas de redação, elas sejam encaminhadas formalmente para avaliação da equipe técnica; quanto a questão da criação de porcos e outros animais esclareceu que esse tipo de regulamentação não cabe ao Plano Diretor, mas sim ao Código de Posturas, instrumento que o município ainda não possui, mas cuja criação está prevista como uma das ações futuras recomendadas no próprio Plano Diretor; em relação a fala do Sr. Lourenço, explicou que o COMCIDADE, conforme previsto na minuta, é um conselho de caráter consultivo e não deliberativo, ressaltando, no entanto, que algumas redações no texto podem ter gerado dúvida quanto a isso e, por isso, serão revisadas para garantir maior clareza e evitar interpretações equivocadas; destacou ainda uma mudança importante na composição do COMCIDADE: o conselho passa a contar com 13 membros, sendo 12 com direito a voto, e dessas vagas, 5 são destinadas a representantes dos Conselhos Municipais, buscando garantir uma participação mais equilibrada e representativa da sociedade; comentou sobre a estrutura administrativa do município, lembrando que hoje a gestão territorial está vinculada à Secretaria de Obras (Infraestrutura), o que é uma distorção



ESTADO DE GOIÁS

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

comum em municípios de pequeno porte; explicou que a minuta propõe que a Secretaria Executiva do COMCIDADE fique vinculada ao Poder Executivo, mais especificamente ao órgão responsável pela gestão territorial e urbanística, o que aponta para a necessidade de o município reavaliar sua estrutura organizacional, de modo que esse cenário pode, inclusive, levar à criação de uma nova Secretaria de Planejamento ou Regulação Urbana, já que a demanda por análise de projetos e processos de parcelamento do solo tende a crescer com a implementação do novo Plano Diretor; finalizou dizendo que todas as contribuições são bem-vindas, mas reforçou a importância de que sejam encaminhadas por escrito, de forma objetiva, para que possam ser devidamente analisadas e, se possível, incorporadas ao texto final do projeto de lei complementar. O cerimonial concedeu a 8ª fala ao Sr. Felipe de Sá, Presidente do COMDEMA, que iniciou se apresentando como guia de turismo e que atua em projetos socioambientais em Alto Paraíso de Goiás, onde mora há 07 (sete) anos; disse que nessa ocasião fala como presidente do COMDEMA e que na semana passada, no dia 13 de agosto, foi realizado um seminário aberto e online via Google Meet, e quem quiser assistir está disponível no canal do COMDEMA no YouTube; disse que o evento foi organizado pelo Grupo de Trabalho do Plano Diretor e Uso e Ocupação do Solo, formado por membros do COMDEMA, técnicos e especialistas; disse que foi analisado com atenção a segunda versão da minuta do Plano Diretor, porque a terceira só foi divulgada depois do seminário e que foram identificadas falhas graves, entre as quais destaca-se a ausência de estudos ambientais prévios; disse a proposta inclui loteamentos próximos a voçorocas, nascentes e regiões de captação de água, justamente áreas protegidas pelo Plano Diretor vigente desde 2.000; disse que apontaram a tentativa de cobrança de IPTU em área rural com base no extinto artigo 6º da Lei Federal 5.868/72, contrariando o artigo 32 do Código Tributário Nacional, tratando-se tal situação de uma ilegalidade; disse que sentiram falta de clareza sobre como as contribuições da população foram consideradas, informando que o Arimatéa trouxe algumas explicações agora, mas ainda não ficou claro o que foi efetivamente incorporado; disse, em resumo, que a minuta carece de estrutura técnica adequada: ausência de estudos de impacto ambiental; falta de zoneamento ecológico-econômico; falou sobre serviços essenciais incompletos: não temos hospital compatível, saneamento básico universalizado, gestão eficiente de resíduos ou estrutura urbana mínima; disse que isso inviabiliza a expansão territorial pretendida; disse que o contrato com a empresa foi prorrogado em desconformidade com o artigo 57 da Lei 8.666/1993; disse que a cobrança de IPTU em área sem melhoramentos mínimos fere o artigo 33, do Código Tributário Nacional e a jurisprudência do STJ; disse que as audiências públicas realizadas não atenderam ao artigo 40, § 4º do Estatuto da Cidade, nem garantiram a participação de segmentos sociais vulneráveis; disse que, por tais motivos o Grupo de Trabalho se posicionou, por unanimidade, da seguinte maneira: o COMDEMA é contrário à minuta apresentada, sobretudo pela ausência de estudos ambientais; que a Prefeitura faça a prestação de serviços pela empresa Arismar, já que sua prorrogação é ilegal sob a Lei 8.666/1993; que nenhuma nova zona de expansão urbana seja aprovada sem estudo de impacto ambiental completo, especialmente sobre capacidade hídrica; que sejam excluídas



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

da expansão áreas ambientalmente sensíveis, como microbacias, nascentes, murundus e voçorocas; que a cidade priorize a infraestrutura dos bairros existentes antes de criar novas ocupações, como Eldorado, Cidade Alta e Novo Horizonte, ainda sem licenciamento ou estrutura adequada; que se exija adequação da iluminação pública conforme a Norma Técnica ABNT NBR 5101/2024; convidou a Comissão de Revisão do Plano Diretor para uma reunião com o COMDEMA, para discutir o relatório que foi elaborado com base no seminário, já protocolado na Prefeitura e entregue nessa Audiência Pública. O cerimonial concedeu a 9ª fala ao Sr. Francisco Marshal Salermo, representante do Sindicato Rural, que iniciou se apresentando e informando que já havia passado ao Sr. Arimatéa as contribuições do grupo de produtores rurais e como já se tinha muito se falado sobre Plano Diretor, resolveu mudar um pouco o seu discurso, para contar uma história; disse que foi Vereador em Alto Paraíso de Goiás aos 18 anos de idade, isso há 45 anos e ao longo desses 45 anos, acompanhou de perto a dinâmica desta cidade; apontou que em todas as decisões importantes que foram tomadas nesse período, sempre houve polarizações, e por incrível que pareça, isso foi bom para Alto Paraíso de Goiás, pois ao longo desses mais de 40 anos, a sociedade participou, se manifestou de várias formas e, em alguns momentos, até com excessos, mas a boa notícia é que Alto Paraíso de Goiás sempre encontrou o caminho do meio e soube tirar os extremos e encontrar o equilíbrio; disse que aprendeu que cada um de nós, de diferentes setores, agricultores, ambientalistas, poder público, população urbana, precisa ceder um pouco, pois é assim que se constrói uma sociedade equilibrada; disse que as vezes perdemos a noção do coletivo, mas é por meio da harmonização que avançamos; disse que os membros do meio rural, são exemplo de que isso é possível, pois durante esse processo de revisão do Plano Diretor, realizaram diversas reuniões e, pela primeira vez, encontraram um nível de harmonia como nunca antes, onde a agricultura orgânica foi respeitada, a agricultura familiar foi valorizada, foi criada uma zona de agricultura sustentável, e a grande propriedade também foi preservada; disse que o meio rural, hoje, mostra que é possível construir consensos, respeitar diferenças e garantir equilíbrio e que a grande questão hoje está no perímetro urbano; disse que da parte dos produtores rurais, o que deseja é que os representantes da cidade, também encontrem esse ponto de equilíbrio, pois Alto Paraíso de Goiás vai crescer, com ou sem Plano Diretor, mas o que se espera é que esse crescimento ocorra de forma harmônica, ordenada e com respeito à nossa qualidade de vida, tanto no campo quanto na cidade; disse que muitos vieram para cá justamente por isso: pela qualidade de vida e é isso que temos que preservar; disse que nasceu aqui e que os antepassados chegaram há mais de 200 anos, quando não havia nada e por isso faz um apelo: que todos nós possamos ceder um pouco, de modo que chega de perder tempo com disputas vazias, com abaixo-assinados sem representatividade; disse que está representando 240 produtores rurais e que não estamos criando conflito com ninguém, pois estamos fazendo nossa parte, pois trabalhamos com educação ambiental, usamos tecnologia de ponta, com insumos biológicos, respeitando o meio ambiente e é assim que se constrói uma sociedade justa e sustentável; disse, por fim, que há confiança nos Vereadores e que, após essa etapa, tenham eles a sabedoria e a coragem de aprovar esse Plano Diretor, pensando no



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

bem de toda a cidade. O cerimonial passou a palavra ao Sr. Arimatéa, representante da equipe técnica, para responder e comentar as falas anteriores; deu início tratando dos pontos apresentados pelo Sr. Eduardo Machado e destacou que também realizou avaliações das áreas mencionadas e explicou que, para quem não está habituado com planejamento urbano, pode parecer que a simples posse de um terreno de 40 mil metros quadrados autoriza seu parcelamento integral, o que não é o caso; esclareceu que, se a área estiver dentro da Zona de Chacreamento Sustentável, ela continua sendo considerada rural e essa é uma concessão compartilhada entre o Município e o Estado, cabendo à SEMAD autorizar o uso, deste modo, a característica rural da área não é retirada automaticamente; mencionou que muitos imóveis rurais hoje estão ocupados, mas sem Cadastro Ambiental Rural (CAR) e sem reserva legal regularizada e em vários casos, inclusive, há construções sobre áreas que deveriam ser destinadas à reserva legal, o que é ilegal; disse que o Plano propõe um regramento para que cada propriedade se adeque: ou o proprietário altera formalmente sua reserva legal ou desocupa a área de preservação, pois não é permitido habitar sobre ela; com relação à região de São Jorge, informou que mais de um terço das áreas indicadas para chacreamento não são tecnicamente adequadas para ocupação, pois apresentam elevada declividade e nessas situações, apenas áreas que respeitem os critérios de ocupação, excluindo Áreas de Preservação Permanente (APPs), reservas legais e trechos com declividade acima de 30%, poderão ser consideradas para fins de concessão de chacreamento; quanto ao tema hídrico, apontou como um dado relevante que, normalmente, é estimado o consumo de água por pessoa entre 150 e 200 L/dia, mas para cidades turísticas, como Alto Paraíso, a SANEAGO adota até 300 L/dia, pois aqui a população aumenta nas temporadas, exigindo maior capacidade de abastecimento, porém, ressaltou que o sistema municipal atual dá conta da demanda e que o problema anterior estava na falta de armazenamento, pois muitos locais não tinham caixa d'água suficiente, o que resultava em falta de água ocasionalmente; disse que o Plano Diretor vai incluir recomendação de instalação de reservatórios residenciais com autonomia para 02 (dois) dias, melhorando a segurança hídrica; quanto aos pontos apresentados pelo Sr. Felipe de Sá, esclareceu que não existem 03 (três) versões distintas da minuta, mas que houve sim, uma versão inicial do material que estava sendo estudado, um segundo material, que foi debatido, e a elaboração da minuta do Projeto de Lei que foi finalizada e publicada na sexta-feira (08.08) e disponibilizada no sábado (09.08), bem antes da audiência; disse que a confusão se dá pelo arquivo em circulação: apenas a minuta publicada deve ser considerada; a respeito da cobrança de IPTU em áreas rurais, afirmou que o município tem respaldo legal para implementar a cobrança em zonas urbanas e de expansão urbana especial, conforme prevê o art. 32 do Código Tributário Nacional e enfatizou que há muitas pessoas vivendo nas bordas do perímetro urbano, sem pagar impostos, mas que ainda assim demandam serviços públicos como saúde, educação e infraestrutura, de modo que para corrigir esse desequilíbrio, o Plano Diretor (com o uso do termo 'poderá') prevê a possibilidade do Município regulamentar a cobrança do IPTU rural em áreas onde a função social da propriedade não esteja sendo cumprida; deixou claro que propriedades com uso

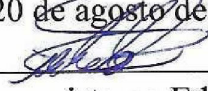


ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

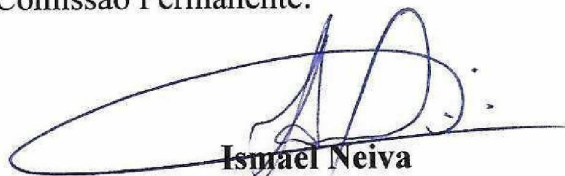
comprovadamente rural, dentro do perímetro urbano ou de expansão, e com atividades produtivas em funcionamento, continuam sujeitas ao recolhimento de tributos via INCRA (ITR), desde que essa função social esteja comprovada; quanto ao hospital, esclareceu que não é necessária a construção de um novo, pois o município já possui uma estrutura hospitalar e o que se propõe no Plano é que o hospital atual seja readequado, especialmente para melhorar o acolhimento, conforme sugestão apresentada na terceira Audiência Pública; quanto aos pontos apresentados na fala do Sr. Marshal, destacou que uma das reuniões mais produtivas da equipe técnica foi realizada na Cidade da Fraternidade, com ampla participação de produtores rurais e representantes de entidades e um dos pontos discutidos foi a proposta, surgida de membros da própria comunidade, de que a deriva (espécie de dispersão de produtos agrícolas no ar) tivesse restrições técnicas aplicáveis, evitando prejuízos à vizinhança e à produção de base agroecológica, essa proposta levou em consideração também a manifestação de técnicos da EMATER, que participaram da reunião; destacou, ainda, que o Assentamento Silvio Rodrigues está em processo de emancipação, com cada propriedade sendo regularizada individualmente e que dentro dessa região existe uma área comum que poderá ser cedida à Prefeitura para implantação de um Centro de Educação e Treinamento Rural, em parceria com SEBRAE e EMATER, com foco em capacitação de agricultores nas boas práticas produtivas e ambientais; finalizou explicando que a delimitação original da zona de agricultura intensiva na APA de Pouso Alto apresentava erros, pois incluía áreas impróprias para cultivo (com solo pedregoso, por exemplo) e com apoio técnico e envolvimento direto dos produtores rurais, foi possível propor à SEMAD uma readequação que reduziu em cerca de 10% a área mapeada originalmente como agricultável e essa proposta foi bem recebida pelos técnicos da SEMAD, mas ainda aguarda validação definitiva. O cerimonial informou que as Sras. Carla Laci Pimentel e Lara Alves Avelã, previamente inscritas para uso da palavra, solicitaram o cancelamento de suas participações e informou ainda que a última vaga de inscrição para manifestação não foi preenchida. Dessa forma, declarou encerrado o momento destinado à manifestação da sociedade civil nesta Audiência Pública. Ao final das manifestações da sociedade civil, o cerimonial convidou o Procurador-Geral do Município e Coordenador da Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo, Dr. Ismael Neiva, para apresentar uma breve síntese dos encaminhamentos e comentar as medidas institucionais a serem adotadas a partir das contribuições recebidas nesta Audiência Pública, que iniciou a fala agradecendo a todos que permaneceram até o final do evento, ressaltando a importância da participação da população em todas as etapas do processo; destacou que foram recebidas diversas propostas por escrito, entregues durante a audiência, e que essas contribuições serão analisadas criteriosamente pela equipe técnica, com o objetivo de avaliar sua incorporação à minuta Projeto de Lei Complementar do Plano Diretor; disse que a partir dessa análise, será consolidada a versão final do documento, que será posteriormente publicada e encaminhada à Câmara Municipal de Alto Paraíso de Goiás para tramitação legislativa; destacou que este momento representa mais uma etapa concluída dentro de um processo que começou há bastante tempo e que, apesar de se encaminhar para o



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo

encerramento dessa fase, isso não representa o fim do trabalho, mas sim o início de uma nova fase, a fase na Câmara de Vereadores e depois a implementação das diretrizes previstas no Plano Diretor; pontuou que, após a aprovação legislativa, virá a etapa de efetivação das políticas propostas, o que exigirá uma série de atualizações na legislação municipal, como o Código de Obras e o Código de Posturas; enfatizou que essas normas precisam estar alinhadas com o novo Plano Diretor para que sua aplicação seja efetiva e reforçou que ainda há muito a ser feito e que será fundamental manter o engajamento da comunidade nas próximas etapas; ressaltou o valor de todas as contribuições recebidas ao longo do processo, tanto aquelas que apoiam quanto as que divergem da proposta, e agradeceu especialmente a quem acompanhou desde o início ou foi se somando ao longo do tempo, reforçando que todas as manifestações foram importantes e continuarão sendo importantes para construção coletiva do Plano Diretor; por fim, convidou todos os presentes a continuarem acompanhando e participando ativamente das fases seguintes, especialmente na implementação das ações previstas, e agradeceu novamente pela presença, paciência e comprometimento demonstrados nesta Audiência Pública; declarou o encerramento dos trabalhos do dia, marcando o início da etapa de sistematização e análise das contribuições recebidas. Concluída as considerações finais, não havendo mais manifestações, a Audiência Pública foi oficialmente encerrada às 00h20, do dia 20 de agosto de 2025. A presente ata foi redigida por mim, Cydna Marreca dos Santos, , secretária desta Audiência Pública, e, após sua aprovação, conforme previsto no Edital de Convocação, será assinada por membros da Coordenação-Geral da Comissão Permanente de Revisão do Plano Diretor Participativo. A lista de presença será anexada, e a ata, juntamente com o material técnico e os registros da audiência, ficará arquivada como parte integrante do processo de revisão do Plano Diretor. A ata será devidamente publicada para conhecimento geral e ampla transparência do processo.

Coordenação-Geral da Comissão Permanente:


Ismael Neiva
Procurador Geral



AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO
DIRETOR
EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Data: 19 de agosto de 2025

Nº	NOME COMPLETO	CPF	TELEFONE	LOCALIDADE/BAIRRO
1	Virna Carvalho Damiã	281031348-21	62983408210	São Jorge
2	Isana Ghemmler Telles Gonçalves	063968541-20	62996205679	Alto Paraíso
3	Puara Rodrigues Ticles	70702775126	62997005251	Cidade Alta
4	Derik Rocha Ramos	060.698.855-62	73.998525985	Derik
5	MARSON FERNES	533 093.591-15	61995567159	ST. PLACIDO
6	Ysmairo Costa Araújo	016798311-40	69 99911214	Centro
7	Camacaro Nobrega de Oliveira	086756861-53	61999710985	Estância Varadão
8	Regenilde Fontenelle Spante	364864341-04	61982636290	São Jorge
9	Maraju Dias de Oliveira	018.445.700-96	61-981656145	Novo Horizonte
10	ALAN SCHWABER	092319211-05	61995572132	USINA
11	Leide da Costa Dias	042.246.971-12	62999030659	POBONANZANA
12	JOÃO PULL NORRIS & SILVA	3167436940	---	VALE VERDE
13	MILVA GONÇALVES	04338981136	62399329508	Cidade Alta
14	João Paulino	029915101-07	---	Cidade Alta
15	Joana Bonato	943.859.801-44	61998642607	Silvius Lodoicus
16	Jonack Souza	128.612.598-76	62993355017	NOVO HORIZONTE
17	EMILIA EMANUELA DE AGUIAR	034.802.001-50	62982847995	CIDADE ALTA
18	VANESSA CARLINHO NUNES PRUMOND	---	---	---
19	Roberta de Souza	---	---	Formosa / CPE
20	Ranaldo D. Soares	---	---	Formosa / CPE
21	JOSE MARIN OLIVEIRA	440415846-45	61996010095	Estância - Paraíso
22	Roberta de Souza	547.886411-00	61996575489	Paragipiranga
23	Roberto de Souza	829904101-78	61.99863270	Cidade Alta
24	Henrique Teles de Oliveira	732.411.721-04	61992344558	Alto Paraíso - 60
25	Regenilde Spante	012360131-23	61995847905	Alto Paraíso - 60



EM ALIO PARAISO DE GOIAS

EM ALIO PARAISO DE GOIAS



AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO
DIRETOR
EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Data: 19 de agosto de 2025

Nº	NOME COMPLETO	CPF	TELEFONE	LOCALIDADE/BAIRRO
1	Miriam Lageira Lima	030333330107	61982441865	São Zé do Céu
2	Elizete de Sá Leal	156 46330432	6299455693	Alto Paraíso
3	ANAY DA SILVA FERNANDES	02392537795	6148444-9726	60-234 Monte Sinai
4	Sandra Rodrigues de Jesus	571.635.965-53	62988475698	Alto Paraíso de Goiás
5	Paula Vellozo	011.676.511-08	6499919-3964	São João
6	Carlos Batista	47143684187	6139293300	Estância Paraíso
7	MARCOS AURELIO LAPES VEARIMATEN	264.974.841-9	62.9.81641178	CONVENÇÃO DO P.O.
8	MERCEDES B. MATEUS DA SILVA	0252258461-04	61.99962234	São Jorge
9	Alina Alves S. Filho	06056.191-79	62.9.99886875	Monte Nogueira
10	João Hufar Doss Cabes	046.471.951-80	621993279048	Paraizinho
11	João Sperande Romão	586.375.678-00	(62) 999565500	Novo Horizonte
12	William Gomes do Sbo e Silva	9950801304	62998193600	Novo Horizonte
13	Diogo Barcellos Dupont	95112-3735	61991123735	Km 14
14	Jose Hector Blanco	9960441547	72505562134	Km 14
15	Amarel Meira	826.000.664-87	6299947-208	S. Planalto
16	Ana Carolina Cabral dos Santos	0-	21999688583	Alto São Planalto
17	Milena Almeida Sales	057-052851-83	62.99888071	Alto São Planalto
18	Herbert de Faria Lima	58362010134	61984230921	Alto São Planalto
19	JOAQUIM RODRIGUES DE MOTA	181581397-49	34.989149499	Alto São Planalto
20	Francisco R. Cruz	107513-758-01	62996354402	Monte Sinai
21	Salvador de Oliveira			
22	Elislon Soares Pereira	106.276.936-20	6299708-7684	São João
23	Denise Ferreira de Souza	706 139 821-34	69790002506	São João
24	Denise de Oliveira	064.028.631-30	62.98295100	São João
25	Salvador	0821523731-20	621999254946	São João



Nº	NOME COMPLETO	CPF	TELEFONE	LOCALIDADE/BAIRRO
1	Ulalce Santos Cavalcante	006.608.941-73	62.99851-7986	Cidade Alta
2	Edle Freski	584.764.079-04	61.99618-3864	RECANTO DAS AZALIAS - Vale da Lua
3	VITCOR A. ARAÚJO	623.719.281-87	7627996699692	VITCOR ARAÚJO
4	Luiz Henrique President	184.464.548-74	(98)98260-5836	Estância Paraíso
5	Adilson Alves da Silva	001.562.231-20	611993577566	Alto Paraíso
6	Luiz Roberto	586.375.838-49	62.99986-7492	Estância Paraíso
7	Tristão A. Nascimento Gomes	339.883.901-00	62)998161583	São João
8	FERNANDO S LEONI	058.986.148-42	62)984081260	PARAÍSO
9	João dos Santos do Espírito Santo	138.591.696-61	113)98453141	Alto Paraíso
10	João Batista da Silva Simeão	759.786.941-68	62.9993622341	Alto Paraíso
11	Flávio Roberto Pacheco	499.022.531-72	61.958186787	Alto Paraíso
12	Edson Marques Lopes	731.302.901-25	61.99851-1465	Alto Paraíso
13	Francisca dos Anjos da Conceição Soares	053.575.233-47	61.999193944	Brasão de
14	Carlos Henrique Soares Oliveira	019.15225-69	61.9823350	Alto Paraíso
15	João Henrique Silva Lima	070.566.846-02	18.981250495	Alto Paraíso
16	Cláudio Martins	224.100.490-08	3193103998	Alto Paraíso
17	Carla A. C. Caldas dos Santos	074.478.757-24	21.986291875	Alto Paraíso
18	Ana Carolina Cabral dos Santos	8	21.999688589	Alto Paraíso
19	Roberto Adriano J. Gomes	805.220.761-49	62.996255246	Alto Paraíso
20	Marli Gomes de Melo	865.380.551-68	62.998583365	Alto Paraíso
21	Bernardete Guedes de	766.377.601-10	64)999488773	Alto Paraíso
22	Paula Lima de Melo	113.815.633-60	62.98196225	Alto Paraíso
23	Constança Oliveira	700.963.785-60	62.98196225	Alto Paraíso
24	Edson Melo de Almeida	004.937.871-09	61.999070707	Alto Paraíso
25	Tatiana Kensack da Rosa	758.396.603-53	62.999224540	Alto Paraíso/Planalto



AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO DIRETOR
EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Data: 19 de agosto de 2025

Nº	NOME COMPLETO	CPF	TELEFONE	LOCALIDADE/BAIRRO
1	Santa Reis Costa	961.677.858-72	62.984.880.418	Estância. Paraíso
2	André Luis R. dos Santos	035.384.311-32	62.981.21.3478	NOVO Horizonte / Alto Paraíso
3	Maria Beatriz L. Figueiredo	134.312.737.85	21.972.099.220	Baleia
4	ROGER DE LIMA	003.887.880-23	61.986.999.237	BRASILIA-DF
5	Alessandra R. Dury	827.114.611-49	61.938.559.508	Alto Paraíso - Centro
6	Comelo Rodó	387.691.488-40	62.999.14-7674	Cidade Paraíso / Paraíso Novo
7	Letícia Oliveira Mesquita Gomes	025.311.591-42	61-998.159.924	Alto Paraíso / Paraíso Novo
8	Maria de Fátima R. de Jesus			
9	Gebruel de Silve Rediguer	027.680.851-20	61.991.089.569	Alto Paraíso / Paraíso Novo
10	Jonas Cleber Costa Ribeiro	888.687.101-53	61.984.06-3443	Alto Paraíso / Paraíso Novo
11	Mozart Justino Vaz	202.914.936-53	31.992.560	CIDADE DA FRUTARIA
12	Jorge Augusto de Almeida	054.399.321-66	62.998.83-8038	Jorge Augusto de Almeida, com
13	Patricia Severina da Silva	104.205.091-96	62.994.167-64	Paraíso Novo / Paraíso Novo
14	Karina Rafaela Albuquerque	972.695.431-43	61.998.29.6661	São Jorge
15	Mário Carlos Pereira da Silva	247.977.79	62.993.099.798	H. P. Novo Horizonte
16	Marys Jurgen TISS	473.083.310-72	61.993.77.1886	SÃO JOSE
17	Carla G. de Oliveira			
18	Melissa Gomes de Oliveira	258.009.698-17	61.999.912.161	Alto Paraíso
19	FRANCISCO MARSHALL	261.768.741-49	61.999.165.347	ALTO PARAÍSO
20	Eduardo Machado Almeida Junior	041.023.361-76	62.996.03-7227	São Jorge
21	Helena M. da C. Gomes	625.041.501-72	62.996.09.8121	S. M. S.
22	Regina Floriano	995.282.903-61	99.920.155.9	Alto Paraíso
23	Rafael Augusto de Almeida	059.079.566-73	61.982.827.765	Centro - Alto Paraíso
24	Graciela Augusta de Almeida	929.889.371-17	61.982.826.5245	Brasília
25	Cláudio de Almeida	197.651.571-34	62.993.84.0715	ALTO PARAÍSO / PARAÍSO NOVO



AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO
DIRETOR
EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Data: 19 de agosto de 2025

Nº	NOME COMPLETO	CPF	TELEFONE	LOCALIDADE/BAIRRO
1	Tatiana Aquino da Silva	690.219.511-87	62.99192.5103	Monte Sinai Alto Paraíso
2	Jana Romário Flauyng	26791398876	62981580131	Vale azul
3	Guilherme Frejat	665.501.301-15	61.99902.3388	São Jorge
4	MARCELO CONCEA PARAISSO	82474891115	61.98983.2511	Brasão
5	Elaine Bertoldo Siqueira	369.504.201.39	6299991.5501	Alto Paraíso
6	Roberto Gomes Tonho	232390313-27	1953135851	Sob. Contol / Alto
7	Marcelo Alves Gomes de Araújo	014.446.491-35	61985303421	São Jorge
8	Carlos de Almeida Santos	024.622.571-85	61.99912.9722	Novo Horizonte
9	Andressa R. Cardoso			Eldorado
10	Leandro Vitor Caldeira de Sousa	02.242.491.35	61.99973.437	Graciano - CO
11	Thaís Dias	452.762.00-06	61981425651	Alto Paraíso
12	Walter Roberto de Almeida	47593834034	54-99607.894	São Jorge
13	Cláudia Pereira P. Barbosa	416.730.931-91	62.99669.1001	Polo UAB
14	John Hesmer Sobral Folia Villagran	063.024.151-10	61.99339.5109	São Jorge 2
15	LEONARDO RIBEIRO	150.756.148-25	62.98669-3889	Sindicato Rural
16	Waldice Tavares Vieira	021.095.801-43	62.99166-1371	El Paraíso
17	Wendley M. Lopes	020.915.381-71	61.99681.4589	Novo Horizonte
18	Walter Silva Almeida	032.558.961-32	62.99999.9439	Novo Horizonte
19	Thamiris Farias de Menezes	377.522.488.27	18.99622.7787	Cidade da Esportividade / Zona Rural
20	JARAH STADISAUER	707.018.661.44	62.99948.1927	Eldorado II
21	Quindara D.O. Souza	56.693.141.53	62.99625.605	Cidade Alto
22	PERSON PAULO NÓPIA - SINO RURAL	288.587.357.43	62.99953.1261	MONTE ALTO -
23	WALTER A. RIBEIRO	295.172.161-87	61.99985.3147	ALTO PARAÍSO
24	Geovane Paulo Cour de Faria	085.408.908-01	62.99130.197	Alto Paraíso - Zona Rural
25	Guilherme Gomes de Nascimento	035.982.651-23	61.99912.60-40	Cidade Alta



AUDIÊNCIA PÚBLICA

PLANO DIRETOR

EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Data: 19 de agosto de 2025

Nº	NOME COMPLETO	CPF	TELEFONE	LOCALIDADE/BAIRRO
1	Geomárisa de Barros Borges	370865451-04	6139823214	Monte Sinai
2	Gabriel Diniz Estefani	008701301-02	61-98110800	São Jorge I
3	Simeon Conceição	05872741-08	6190676721	São João
4	Lizabete Caproni	717596929-18	-	São Jorge
5	Jana Caroline Vieira de Azevedo	05106000581	6299811232	Monte Sinai
6	Rauno Bod	066617939-20	77999614566	Zona Rural - Alto Paraíso
7	Chamne Leones	902.444.941-34	6295089868	Novo Horizonte
8	Geisy Barbosa	701.494.861-03	62-982637073	Monte Sinai
9	Rafaelle Cristina Alves Costa	08.496.001-04	6290653330	São Jorge / Ecoir
10	Denis Deborah Maculato / pele-branca	013.114.468-50	11986068498	Ponte Zinha
11	Gisele Gonçalves de Almeida	037.017.891-26	611998719821	Cidade Alta
12	Alan Lelene O. Rodrigues	01096391141	61-99447630	Alto Paraíso
13	Carla de Souza Barbosa	521142361-53	62999275819	Arthron
14	Mônica Adelaide Camarinho	038256055-54		
15	Creando Kessen Machado Bezzi	004463541-98	6199991-3036	Elbardo
16	Monica Oliveira Machado	062974821-79	62997006102	Monte Olimpia
17	Carla de C. Caldas dos Santos	074.478.757-24	21.98629-1875	Alfama
18	Alcides Am. Ribeiro	88190609149	61991381932	Alfama
19	ATIANA DOS SANTOS BARBOSA	09963410723	21998585999	Alfama
20	Thalys Pereira Infante	64508027135	62996585873	Alfama
21	Raquel Lima de Azevedo	03865734170	6198318382	Barra Lta
22	Felmonday N. Barboles	036.833.421-02		Planalto
23	Guilherme Almeida	429758254-20	61999511102	Fazenda Lygia
24	João Pinheiro	039701281-02	61998551815	Fazenda Lygia
25	Mirlem millem da S. Pin	0471116192	62-981166791	Alfama



AUDIÊNCIA PÚBLICA
PIRETOR
EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Data: 19 de agosto de 2025

Nº	NOME COMPLETO	CPF	TELEFONE	LOCALIDADE/BAIRRO
1	Paula Borges da Costa	06195077830	6258918886	Urbano (dist. do Jazigo)
2	Thaise Reis Michels	009660401-80	61999928516	Área Rural / Fazenda
3	João Cornélio Henrique Michels	393049300-82	61999869597	Área Rural
4	David Antonio da Silva	029588623-48	62998646032	São Jorge / Alto Paraíso
5	Luiz Edson de Souza Guimarães	04655691107	619990556246	Ouro Verde / Foz de Várzea
6	Walter Roberto da Silva	04538295116	62999120370	Faz. Primavera
7	José Carlos Aguiar dos Santos	012293923-26	62996852522	Faz. Primavera
8	Guilherme de Jesus da Silva	76099292018	61999831507	Faz. Primavera
9	Aluísio Mendes de Carvalho	471591351.91		Faz. Primavera
10	Aluísio Carlos de Brito Brito	704484611.06	611998342562	Faz. Primavera
11	Juliano Carneiro Gomes	039911731.04	62999938353	Faz. Primavera
12	Walter da Silva	032.245.571.83	629996037665	Primavera
13	Walter da Silva	063719734-87	629998692237	Rio Verde
14	Paula Salma Siqueira	477751651-20	61999999999	Primavera
15	Luís Carlos Gomes	402243920-34	62999612415	Prim.
16	MEIRE FERREIRA ALVES	058177972-19	621999994668	RECINTO
17	José Pedro R. Lacerda	070654711-01	629996515500	Faz. Primavera
18	Walter Roberto da Silva	028.967.881.53	629998606671	
19	Walter Roberto da Silva	2101310760		
20	Sebastião J. dos Santos	62999343103		
21	Arnaldo Correia (Vadinho)	029.114.851.49	61956096578	Alto Paraíso (outro)
22	DEKKA GASPAR ZEMMER	695620241-72	6199813958	Primavera
23	Marivalda F. Zimmer	866.939.308.59	6199969932	Primavera
24	Luís S.G. Ramp	852423731-72	62999537466	
25	ALEXANDRE M. VALENTIM	72546541-15	619996977826	96.235



AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO
DIRETOR
EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Data: 19 de agosto de 2025

Nº	NOME COMPLETO	CPF	TELEFONE	LOCALIDADE/BAIRRO
1	Almair Sereno de Almeida	727-977-70197	6158627963	Eldorado
2	ANTONIO SÉRGIO FELIPE	006.764.288-86	11991314100	ELDORADO
3	DIOGO GONÇALVES DINIZ DA SILVA	590804001-06	62-996787176	ECOVILIA
4	Francisco Diego Santo Pinheiro	000.934.303-29	18619910-4088	Eldorado II
5	Jessica T. Guimarães	012121 04189	62/996787044	Eldorado Centro
6	Seruzino Kikuma	647583031-34	62398413647	Alto Paraíso / IBO
7	Walter Alves de Oliveira /	00799116173	621998353127	ALTO PARAÍSO / São Jorge
8	Antonio Carlos Gomes Machado	215 980 47120	61988024986	Fazenda Papão Piraíto
9	Rafael de Jesus Jung	057548199-43	161199813541	Fazenda Capitão Moura
10	Diogenes Henrique da Silva	083.458.349-30	621998886003	Saranda Paraíso
11	Walter Carlos Gomes	908224621-413	621998257058	Fazenda Paraíso
12	Julia V. Dabore	013606 22101	49-991975579	Altos Paraíso
13	Walter Santos Rosa	018.106.191-06	62-999255590	República
14	Paulo Roberto Liriano da Silva	985-112.031-68	62-996505777	Eldorado
15	Gerlândia Dias Rocha	043.127.151-81	62-99804-1078	Centro
16	Marcus Melo Macedo	01249028164	61995059550	Farmácia
17	Yaniana Sampaio de Andrade	903.423.201-68	62598207436	Nova Horizonte
18	Elvare Hannele Santos Silva	741855 271-87	62996462592	Cidade Alta
19	Ligiane P. Jesus	498.336.186-34	62996520796	Goiânia
20	Waldes Teles de Castro	032510811-01	62996855249	Nova Horizonte / Alto Paraíso
21	Yanoma James Moura	041.389.941-14	621996660392	Nova Horizonte
22	Guarnata Kássia G. de Oliveira	047.131.561-32	62996488199	Cidade Alta
23	Marcelo Wesley T. da Silva	020.617.371-70	62.9994.9310	Cidade Alta
24	Erison Borges de Moura	923 101921-04	62-988549339	ALTO PARAÍSO - GO
25	Quetzilto Reis Brito	64643408134	61999017692	PAT. AGUA FRIA.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO
DIRETOR
EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Data: 19 de agosto de 2025

Nº	NOME COMPLETO	CPF	TELEFONE	LOCALIDADE/BAIRRO
1	Gabrielle Gabriel Ramos Pereira	017.713.873-43	(86)99803-0160	Eldorado.
2	Felipe Henrique Cavaco Pereira	352.602.838-79	(14)99903-2323	Res. Eldorado
3	MOZART CARLOS DE FREITAS JUNIOR	369.101.818-87	134)998113709	NOVO HORIZONTE
4	Tracy Silva Alves	017.326141-80	(61)9986634744	NOVO HORIZONTE
5	Regina M. DE CAMPOS	046.679.791-70	(61)998090871	PARNISINHO
6	Dracine M. de Barros Galvão	65779207100	61 8423.8697	Fazenda Paraiso
7	Thomaz Carlos Frey Junior	053.424.039	68 99663-4316	Jac. São Rafael
8	Roberto Silva	99388170170	62 999 199619	PR. Santa
9	Paulo V. Pereira	83141901104	62996287374	Paraisinho
10	Adelino dos Santos Rosa	02849424152	61996650255	Zona Rural
11	Marcos Vinicius	02669778513	62999506500	Lado Largo
12	Spaciagno S. Zamboni	061.318.541-20	62999306490	Novo Horizonte
13	Raquel Silva	62 996172684	94336739115	Campos do meio Zombado
14	Luís Carlos Soares	61 981524243	214312.906-13	Monte Sini
15	Lydia Marcia dos Santos	854.164.151-53	(61)99843.1168	Beiro Párisinho
16	Almeida Almeida dos Santos	024.609.881-33	(62)96993219	Barro Paraisinho
17	Renato Silva	04438920164	(62)99851085	PR. Santa
18	Adriana Ribeiro	006.001.821-05	04.99839-3109	Alto Paraiso
19	William Bruno Barreto	029.055.051-33	(62)99655-2061	Paraisinho / Alto Paraiso - 60
20				
21				
22				
23				
24				
25				



AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO DIRETOR
EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Data: 19 de agosto de 2025

Nº	NOME COMPLETO	CPF	TELEFONE	LOCALIDADE/BAIRRO
1	Marcos Roberto D. Pereira	016.801.951-58	61 98299002	bairro na vila Teresopolis 60
2	Misaelle B. da Mota	003.556.051.03	62 99043203	Rua Azeiteiro
3	Rebecca de Mota	062.771.15537	62 99984335	Ponteiro
4	Genilene A. Cabral	563.401.69153	62 99919918	n. verde
5	Elizonei Ribeiro Fonseca	887.258.88115	61 99639206	centro
6	Marcelo Fernandes Santana	261.061.421.20	062 98275386	
7	Emília Pereira de Mota	015.051.941-79	62 99168.2295	Rua Azeiteiro
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				